



EMANUEL GAMELAS

O SNC é um “comboio” em andamento

Por Nuno Dias da Silva

É uma inevitabilidade: o novo modelo contabilístico obriga os profissionais a estarem mais habilitados. A opinião é de Emanuel Gamelas, professor do ISCTE, que entende que a formação generalista sobre o SNC deve evoluir para um nível mais específico, *à la carte*, em função das necessidades concretas dos Técnicos Oficiais de Contas.

Emanuel Gamelas nasceu em 1958, em Aveiro. É professor auxiliar do ISCTE do Departamento de Contabilidade. Em 2005, doutorou-se em Economia Financeira e Contabilidade pela Universidade da Extremadura, em Espanha. Mestre em Ciências Empresariais pelo ISCTE, em 1997, foi também nessa instituição de ensino superior que se licenciou, corria o ano de 1988. Tem desenvolvido investigação nos seguintes domínios: organização financeira e contabilística e sistemas de informação para a gestão. É um dos co-autores do livro «SNC – Casos práticos», lançado em Dezembro.

Emanuel Gamelas afirma que o raciocínio das pessoas está muito associado ao POC, por isso defende que o processo de formação terá de ser gradual, prolongando-se por muitos meses de forma a efectuar uma transição tranquila para o ambiente SNC. O professor do ISCTE admite também que o novo sistema vai dar uma preciosa ajuda ao nível da empregabilidade dos futuros licenciados. Doutorou-se em Economia Financeira e Contabilidade pela Universidade da Extremadura, em Espanha, Gamelas não

alimenta ilusões: os «escândalos contabilísticos vão existir sempre», nesse sentido, urge reforçar os mecanismos de sinalização e alerta em todos os estados-membros da União Europeia.

TOC – Doutorou-se em Espanha, na Universidade da Extremadura, em Badajoz. Porquê no estrangeiro?

Emanuel Gamelas – Através de contactos com colegas meus na Universidade Carlos III de Ma-

drid, surgiu esta oportunidade. Por motivos logísticos, devido à proximidade com Lisboa e também pelo facto de lá se entender bem a língua portuguesa, optei pela Universidade da Extremadura. Creio que já existem em Portugal boas condições para formar doutores em Contabilidade e essa situação tende a progredir.

TOC – Em que consistiu a sua tese de doutoramento em Economia Financeira e Contabilidade?

E.G. – A investigação debruçou-se sobre a análise das demonstrações financeiras em falências. O objecto de estudo foi um conjunto de processos que estiveram em julgamento no Tribunal de Lisboa no período de 1973 a 1993. Depois do levantamento, procedeu-se a uma análise da evidência do processo de falência em termos económicos e financeiros.

TOC – Sentiu dificuldades no acesso às fontes?

E.G. – Tive o apoio do Tribunal de Lisboa que, mediante pedido formal, permitiu o acesso aos arquivos de processos de falência já encerrados, do período em estudo, numa tarefa de recolha de dados, processo a processo. A compilação de informação durou cerca de 10 meses, numa média de 3 dias por semana de trabalho.

TOC – A investigação científica em Portugal encontra-se ainda numa fase de lançamento. Faltam apoios e incentivos?

E.G. – No caso em concreto, é muito difícil separar a Contabilidade das Finanças ou da Gestão. Se se quiser elaborar trabalhos só em Contabilidade as dificuldades são acrescidas, especialmente devido aos campos de actuação mais estreitos. A investigação, como a que fiz, ao interligar a Contabilidade com as Finanças, dá uma visão ampla dos fenómenos da gestão e cria motivação adicional na investigação dos mesmos.

Formação de informação e formação específica

TOC – O SNC é a grande novidade que vai “mexer” com o universo contabilístico em 2010. Prova disso é o grande volume de literatura relacionada com o novo modelo. Qual a abordagem do livro, de que é co-autor, chamado «SNC- Casos práticos»?

E.G. – No ISCTE, onde leccionam todos os autores do livro, já há três anos que se ensina na base do

SNC, ou seja, a partir do momento em que oficialmente o nosso país se comprometeu a aceitar as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e após a divulgação do projecto de SNC pela Comissão de Normalização Contabilística. Na altura fomos criticados, mas tratou-se claramente de uma aposta ganha. Como estamos perante alterações que requerem um tratamento amadurecido decidimos juntar os contributos de vários docentes da instituição e reunir os nossos casos práticos num único livro, que se dirige, principalmente, aos alunos e aos profissionais da Contabilidade.

TOC – O SNC assenta em princípios e não em regras explícitas, introduzindo uma nova forma de abordar os fenómenos patrimoniais. Na essência o que é que muda?

E.G. – Muda a filosofia, mais virada para o valor da empresa e menos para o património conservador. Introduce-se uma forma de Contabilidade mais dinâmica e, na minha perspectiva, simplificam-se alguns aspectos de leitura das demonstrações financeiras. No fundo, na interpretação da empresa. Isso obriga os profissionais a estarem mais habilitados.



A formação inicial sobre o SNC evoluirá para uma abordagem mais especializada do tema, garante Emanuel Gamelas

TOC – Admite que na fase inicial da transição exista a tentação e a habituação de continuar a raciocinar em «ambiente POC»?

E.G. – Será inevitável. O raciocínio das pessoas ainda está muito ligado ao POC, especialmente as que estiveram três décadas consecutivas a usá-lo diariamente, em diversos conceitos como o custo histórico e da forma como era abordada a prudência. Isso só irá com o tempo. A revolução é tão grande em termos de abordagem que só com formação intensa será possível uma adaptação à nova realidade. Penso que há que destacar, nesta altura, dois níveis formativos: o da formação de informação (mais generalista) e o da formação específica.

TOC – O que é que as distingue?

E.G. – A formação de informação, que está a avançar nesta primeira etapa, consiste em moldar linguagens e raciocínios. Neste ponto a OTOC está a actuar como deve ser. Só depois vem a formação específica, já que o SNC tem de ser explicado por especialidades e ao longo de meses, de forma contínua.

TOC – Há ainda um longo trabalho de formação pela frente...

E.G. – Neste momento estamos na crucial parte da adaptação ao SNC, de carácter mais generalista. Mas daqui a 1 ano ou mais pode pedir-se uma formação em imparidades, em activos e passivos contingentes, em fundos de pensões ou em outras áreas mais específicas. Já estamos a falar noutra dimensão, em produtos, necessariamente segmentados e em função das necessidades dos TOC, no momento concreto.

TOC – Que preocupações deve ter a Ordem no que concerne à formação dos seus membros?

E.G. – Deve haver uma ampla oferta de formação para que o próprio TOC possa gerir as suas próprias necessidades. Deve haver formação generalista, mas especialmente neste período, com o SNC, deve existir formação virada para aspectos específicos - por exemplo, um produto que os Técnicos Oficiais de Contas possam seleccionar como uma valência. Uma espécie de formação “à la carte”, como a OTOC já disponibiliza. A Ordem deve aferir as necessidades dos membros

e, por exemplo, na própria Revista «TOC», promover uma consulta junto dos profissionais para que estes manifestem a sua opinião sobre a formação frequentada, de forma a corrigir eventuais erros de futuro, tanto ao nível dos formadores como das matérias que estão a ser leccionadas.

TOC – Como responde aos que defendem o adiamento da entrada em vigor do novo modelo?

E.G. – Agora não faz sentido. O SNC é um “comboio” em andamento que não pode ser parado, até porque Portugal está inserido numa União política e económica. Quando assumimos estes compromissos é para cumprir. No ISCTE foi o que nos motivou a começar 3 anos mais cedo. Admito que no primeiro ano, o da mudança, é natural que as pessoas façam menos bem e temos que ter tolerância para aceitar isso, cientes de que o futuro será bem melhor, motivando todos os agentes envolvidos neste desafio.

TOC – O conceito do «justo valor» tem suscitado forte polémica. Teme o aumento da subjectividade?

E.G. – A polémica é útil para a discussão. O «justo valor», com a volatilidade que tem caracterizado os mercados, apresenta alguns aspectos menos vantajosos, mas a óptica das normas internacionais assenta no valor da empresa e, como tal, é aquilo que ela vale hoje e o que se espera venha a valer, ou seja, a perspectiva do investidor. O SNC, na parte do «justo valor», só se aplica àquilo que tem mercado. A regra continuará a ser para muitos activos o custo.

TOC – Esta polémica é mais teórica do que prática?

E.G. – O «justo valor» para produtos cotados em bolsa não tem contestação – é o valor no momento em que se tira a fotografia à empresa. Nos outros activos a definição de «justo valor» é que requer testes e validação, o que envolve sempre contestação e subjectividade.

A crise radica em questões de valor

TOC – As NIC têm sido responsabilizadas por alguns dos escândalos financeiros nos últimos

anos. Esta alegação tem legitimidade ou é desprovida de fundamento?

E.G. – Creio que, em certa medida, é legítima. Repare que os mercados funcionam muito em termos estatísticos. Durante a década de 90 do século XX e a primeira década deste século houve uma espécie de efeito *tsunami*, com uma onda crescente. A estatística é optimista e reforçava sempre a questão do aumento do valor. Aí poderá existir alguma relação entre os escândalos financeiros, visto que o aproveitamento manipulou a própria onda.

TOC – Como se desenrolou esse processo?

E.G. – O investidor descontava fluxos para avaliar uma decisão de investimento, mas estávamos perante uma onda quase constante que passava a ideia que seguíamos sempre em crescendo, pese embora o endividamento. Desta lógica surgiram graves problemas financeiros, com a crise de 2007, agravada pelo rebenotar da bolha no ano seguinte. A crise radica em questões de valor. Na retaguarda do valor do imobiliário crescia o endividamento, até que se chegou a um ponto em que o valor regressou a uma plataforma de equilíbrio, gerando problemas no sector financeiro, muito devido ao facilitismo que caracterizou esse período. Confiou-

se sempre que o valor futuro ia cobrir a facilidade que estávamos a atribuir a determinado crédito.

Escândalos contabilísticos vão existir sempre

TOC – Acredita que depois de o temporal amainar, os mecanismos de supervisão e controlo das práticas contabilísticas sairão reforçados em nome de uma informação mais séria e credível?

E.G. – Sairão, nem que seja só pela sofisticação informática das máquinas do Estado e dos organismos de supervisão. A tendência futura é para que a informatização de um conjunto de dados desta natureza, sejam fiscais ou para-fiscais, e de supervisão de actuações, esteja introduzida em sistemas informáticos que, por si, ajudam o controlador a efectuar uma melhor monitorização das situações. Esta realidade vai intensificar-se daqui para a frente.

TOC – Escândalos contabilísticos como os da Enron serão mais difíceis de acontecer?

E.G. – Vão existir sempre. Na minha óptica, a criatividade humana ultrapassa a máquina. O que tem



O professor do ISCTE advoga o reforço dos mecanismos de sinalização por parte dos Estados membros da UE para evitar escândalos contabilísticos

de ser reforçado é o mecanismo de sinalização em todos os estados-membro da União Europeia, com a necessária articulação com os sistemas judiciais de cada país. Uma fraude detectada tem de ser devidamente penalizada e tem de dar um sinal para a comunidade que o risco para a fazer não compensa os lucros que se possam vir a obter. Esta política de alerta tem falhado, especialmente na nossa economia e muito por culpa da ineficácia de algumas leis e da máquina judicial, com as situações a arrastarem-se anos a fio.

TOC – No combate à fraude e evasão fiscais foram feitos progressos. Somos um exemplo a seguir?

E.G. – Está a deixar de compensar fugir ao fisco, ressalvo contudo, que a máquina fiscal tem de corrigir alguns aspectos. Está demasiado rígida para aquilo que era. A transição foi muito brusca. E é preciso saber que a maior parte do nosso tecido empresarial assenta em capitais alheios e não em capitais próprios. Quando uma empresa fica bloqueada em termos de tesouraria, deveria haver um mecanismo voluntário da empresa e o fisco deveria ter capacidade para responder a isso em termos técnicos, evitando que essa mesma empresa entrasse em colapso prolongado.

TOC – Está a dizer que o fisco está demasiado automatizado?

E.G. – De certo modo, sim. Concordo que se penalize, mas há aspectos que vão longe demais. Veja que uma PME que tenha vendas com um IVA elevado e que não receba do cliente a tempo de pagar esse imposto, pode entrar em incumprimento, em poucos dias, se o montante da multa for elevado. Ao gestor não restará alternativa, caso a situação se repita, senão atirar a toalha ao chão. É preciso ter sensibilidade para não asfixiar ainda mais as empresas. Sancionar sim, mas sem exageros.

TOC – Como disse anteriormente, no ISCTE lecciona-se em ambiente SNC há cerca de 3 anos. O que é que mudou em termos de ensino?

E.G. – Podia ter-se enveredado pelo regresso à estaca zero e pegar numa situação nova numa base de conceito de valor. Preferimos seguir um rumo de adaptação, até porque quando começámos ainda estava em vigor o POC, renovando conceitos,

já à luz da nova realidade contabilística. No SNC não seguimos a lógica das contas, preferimos enveredar por lógicas de actividades: investimento, financiamento e exploração operacional. E temos tido bons resultados. Há muito a melhorar, mas o trabalho em equipa tem sido muito frutuoso.

TOC – Sente que os seus alunos estão mais sensibilizados para estas temáticas e para esta lógica de actualização permanente?

E.G. – A Contabilidade, como muitas ciências da Gestão, está direccionada para o lado das empresas. Acontece que os jovens cada vez entram mais tarde no mercado de trabalho e o seu conhecimento sobre o que é uma empresa é muito reduzido. Temos de ir passo a passo. Só com o tempo é que será possível fazer a ligação e utilidade entre os vários conhecimentos apreendidos. Os alunos saem daqui preparados na vertente de conhecimentos, mas impreparados do lado da experiência. Preparação essa que só se adquire fazendo e errando.

TOC – Os jovens que apostam na Contabilidade como uma carreira de futuro têm boas perspectivas de saídas profissionais ou o mercado está em vias de estar saturado?

E.G. – O mercado absorve os licenciados nesta área e creio que o SNC vai dar uma preciosa ajuda no nível de empregabilidade. Há margem para formar recursos humanos nos próximos anos.

TOC – Estudos indicam que as empresas valorizam o prestígio das instituições de ensino superior antes de encetarem o processo de contratação de recém-formados. Pensa que as universidades e as empresas estão agora mais coordenadas?

E.G. – Há uma ligação directa às necessidades das empresas. Creio que a “bola” está do lado das empresas e passo a explicar porquê: as empresas, muitas vezes, procuram um aluno dentro de uma determinada especialidade e a universidade não pode estar estanque nessa especialidade que é um ramo do curso. Compete, por isso, às empresas dar continuidade à formação iniciada nas universidades, fornecendo meios aos indivíduos para se valorizarem. No fundo,

quando se termina o curso os alunos têm apenas uma licença para aprender. Nada está conquistado à partida. Eu próprio senti que estudei mais depois de acabar o meu curso, do que durante a sua frequência.

TOC – Que consequências práticas está a registar Bolonha no ensino?

E.G. – É difícil falar deste processo, até porque muitos olham para Bolonha como a redução de um ou dois anos na licenciatura, quando é muito mais do que isso. Bolonha procura racionalizar a licenciatura, tenta puxar pelos alunos e aporta às aulas uma nova faceta de investigador para quem está a aprender. Não tem sido fácil. A sociedade portuguesa estava habituada a um tipo de aulas muito expositivas. Bolonha também pressupõe uma integração vertical desde o ensino primário até ao universitário, o que para já está longe de ser uma realidade.

TOC – Como se resolvem esses problemas de integração do ensino vertical?

E.G. – A via escolhida foi a de desenvolver mestrados de continuidade ou de especialização que efectivamente fazem passar a licenciatura para um plano secundário. Futuramente os alunos sairão dos estabelecimentos universitários com um mestrado. Muitas das ordens profissionais impõem para a sua inscrição uma qualificação a este nível.

TOC – A curto/médio prazo a OTOC deve enveredar por esse caminho?

E.G. – Sou da opinião que em vez de se discutir semanticamente se estamos perante uma licenciatura ou um mestrado, deve-se apostar num conjunto mínimo de valências dos cursos, independentemente de serem completados ou não com mestrados, para poder exercer esta actividade. Creio que Bolonha deve responder a essas necessidades, mas o mercado é soberano. É a ele que cabe dizer se com a dinâmica imprimida a licenciatura é suficiente ou é preciso o mestrado.

Passagem a Ordem é um passo em frente

TOC – Qual o significado para si, enquanto Técnico Oficial de Contas, deste marco histórico para a profissão, a passagem da Câmara



O SNC vai contribuir para aumentar o grau de empregabilidade dos recém-licenciados

a Ordem, feito alcançado em pouco mais de uma década?

E.G. – Significa que a classe evoluiu muito em termos de conhecimento e de formação académica. Não esmiucei o que muda em termos jurídicos com a passagem a Ordem, mas há um factor incontornável que é admitir apenas membros licenciados, o que não acontecia anteriormente. Trata-se de um passo em frente que vai ajudar a classe a solidificar os próprios caminhos.

TOC – Este passo vai permitir que alguns sectores da sociedade encarem de maneira diferente o trabalho desenvolvido pelos profissionais?

E.G. – A passagem a Ordem é uma acreditação. Creio que no terreno já se nota o papel preponderante dos TOC na ligação que fazem entre os contribuintes e o Estado e outros organismos, como as Finanças, a Segurança Social, etc. Pelo facto de os TOC estarem em praticamente todas as empresas isso torna a actividade por eles desenvolvida mais visível quanto ao desenho da sua profissão e aos objectivos em termos de trabalho. ■